

COLETÂNEA DE PROVAS DA FCC DE 2006/2007/2008

TCMCE – AUDITOR-CEI – FCC-2006

79. É um exemplo de Transferências correntes de um ente público

- (A) Juros da dívida pública
- (B) Gastos com pessoal militar
- (C) Aquisição de serviços de terceiros
- (D) Auxílios para obras públicas
- (E) Auxílios para inversão financeira

80. É exemplo de Despesa extra-orçamentária:

- (A) Participação no aumento de capital de entidades comerciais
- (B) Aquisição de material permanente
- (C) Subvenções econômicas dadas a empresas estatais
- (D) Restos a Pagar do exercício corrente
- (E) Débitos de tesouraria

81. O ato do servidor público responsável que estabelece a redução do valor da despesa a ser executada na dotação orçamentária, cuja destinação é atender gasto quantificado e liquidável de uma só vez, é denominado empenho

- (A) global
- (B) por estimativa
- (C) suplementar
- (D) especial
- (E) ordinário

83. É um exemplo de variação patrimonial ativa de um ente público

- (A) aquisição de bens imóveis
- (B) alienação de títulos e valores
- (C) empréstimos tomados de terceiros
- (D) cancelamento da dívida ativa
- (E) superveniências passivas

84. Faz parte da Dívida Pública Fundada:

- (A) Restos a Pagar
- (B) Débitos de tesouraria
- (C) Compromissos exigíveis a longo prazo
- (D) Serviço da dívida a pagar
- (E) Dívida ativa do ente público

85. Há economia orçamentária, demonstrada no balanço orçamentário quando a

- (A) despesa realizada é menor que a receita arrecadada
- (B) despesa fixada é maior que a despesa realizada
- (C) receita arrecadada é maior que a despesa fixada
- (D) despesa fixada é menor que a receita fixada
- (E) receita arrecadada é maior que a receita fixada

86. É exemplo de receita extra-orçamentária no balanço financeiro:

- (A) Restos a pagar inscritos no exercício
- (B) Receita patrimonial
- (C) Receita da alienação de bens
- (D) Restituição de depósitos recebidos
- (E) Operações de crédito

87. Na Demonstração das Variações Patrimoniais, ocorre saldo patrimonial positivo se

- (A) a receita orçamentária for maior que a despesa orçamentária
- (B) a receita extra-orçamentária for superior à despesa extra-orçamentária

- (C) a receita tributária for maior que a despesa tributária
- (D) as variações ativas forem maiores que as variações passivas
- (E) a receita de capital for superior à despesa de capital

88. No Balanço Patrimonial, ocorre Passivo Real Descoberto se o

- (A) Ativo Compensado for inferior ao Passivo Compensado
- (B) Passivo Compensado for menor que o Ativo Compensado
- (C) Passivo Permanente for maior que o Ativo Permanente
- (D) Passivo Financeiro for superior ao Ativo Financeiro
- (E) Saldo Patrimonial for negativo

89. Um demonstrativo que é exigido apenas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao último bimestre do ano é o relativo

- (A) à apuração da receita corrente líquida, tal como definida pela Lei de Responsabilidade Fiscal
- (B) aos resultados nominal e primário
- (C) à variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a decorrente aplicação dos recursos
- (D) aos Restos a Pagar, detalhando os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar
- (E) às receitas e despesas previdenciárias

90. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Relatório de Gestão Fiscal

- (A) tem frequência semestral
- (B) conterà comparativo da despesa de pessoal com os limites impostos pela LRF
- (C) é assinado apenas pelo Chefe do Poder Executivo
- (D) terá sua divulgação restrita apenas aos órgãos de controle interno e externo
- (E) apresentará justificativa da limitação de empenho, caso tenha sido necessário adotar essa medida

GABARITO:

79. A 80. E 81. E 83. A 84. C 85. B
86. A 87. D 88. E 89. C 90. B

TCECE-AUDITOR – FCC – 2006

47. Os empréstimos públicos contraídos a curto prazo, para satisfação de necessidades momentâneas do Tesouro, como, por exemplo, por antecipação de receita; e os empréstimos públicos contraídos a longo prazo, para compromissos de exigibilidade superior a doze meses, denominam-se, respectivamente, dívida pública

- (A) flutuante e fundada
- (B) consolidada e mobiliária
- (C) amortizável e perpétua
- (D) flutuante e mobiliária
- (E) amortizável e consolidada

48. Nos termos do art. 35, da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, se houver despesa com material de consumo empenhada, liquidada e pronta para pagamento, mas não paga até 31 de dezembro, estar-se-á diante de

- (A) restos a pagar não processados, devendo ser paga a despesa imediatamente após a conclusão do processamento da despesa
- (B) despesa de exercício encerrado, para o qual o orçamento consignava crédito próprio. Com saldo suficiente, devendo se pagar por crédito adicional excepcional

(C) restos a pagar processados, inscritos em Restos a Pagar Processados, devendo ser paga a despesas como provisão financeira para compromissos a pagar
 (D) despesa obrigatória de caráter continuado, passível de anulação, considerando-se receita do ano em que se estiver, com pagamento através de nova dotação orçamentária
 (E) restos a pagar de exercício encerrado, que será novamente empenhado, desde que a despesa tenha sido inserida no plano plurianual

107. A arrecadação de receita orçamentária corrente é registrada contabilmente no sistema orçamentário através do lançamento:

- (A) Bancos
a Receita Corrente
- (B) Receita Arrecadada Corrente
a Receita Prevista Corrente
- (C) Receita Arrecadada Corrente
a Bancos
- (D) Receita Orçamentária Corrente
a Receita Prevista Corrente
- (E) Bancos
a Receita Prevista Corrente

108. São exemplos de receitas extra-orçamentárias:

- (A) Os depósitos judiciais oriundos do contencioso fiscal
- (B) As amortizações de empréstimos concedidos a outros entes públicos
- (C) Os ingressos decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis
- (D) As entradas relativas às contribuições de intervenção do domínio econômico
- (E) As receitas agropecuárias e industriais

109. O empenho que se destina a atender despesa determinada e quantificada, mas a ser liquidada e paga parceladamente durante a fluência do exercício, é denominado empenho

- (A) ordinário
- (B) operacional
- (C) por estimativa
- (D) global
- (E) de gestão

110. Um contribuinte, tendo pago valor a maior de Imposto Predial e Territorial Urbano no exercício de 2005, entrou com pedido de restituição junto à prefeitura de seu município. A restituição foi deferida pelo órgão competente no próprio exercício de 2005, mas foi paga apenas no exercício de 2006. O lançamento contábil correspondente, no sistema financeiro, em 2005, será:

- (A) Restituições a Pagar de 2005
a Caixa
- (B) Restituições e Indenizações
a Restituições a Pagar em 2005
- (C) Receita Tributária
a Restituições a Pagar em 2005
- (D) Receita Tributária
a Restituições e Indenizações
- (E) Receita Tributária
a Restos a Pagar em 2005

GABARITO:

47. A 48. C 107. B 108. A 109. D 110. C

TRF 3R – CONTADOR – 2007

42. É classificada como receita de capital aquela proveniente de
 (A) juros de empréstimos efetuados pelo ente público à empresa estatal dependente.

- (B) venda de produtos agropecuários oriundos de propriedades rurais do ente público.
- (C) alienação de bens móveis de propriedade do ente público.
- (D) foros e laudêmios cobrados pelo Poder Público.
- (E) locação de bens imóveis de propriedade do ente público.

43. É classificado como despesa corrente orçamentária o gasto decorrente de

- (A) aquisição de bens móveis e imóveis.
- (B) débitos de tesouraria.
- (C) restos a pagar de exercícios anteriores.
- (D) pagamento de juros da dívida pública interna.
- (E) amortização da dívida pública interna.

44. É um fato contábil que configura uma variação independente de execução orçamentária:

- (A) aquisição de ações de companhia privada nacional.
- (B) receita comercial de empresas estatais dependentes.
- (C) alienação de títulos e valores mobiliários.
- (D) empréstimos recebidos de instituições financeiras.
- (E) inscrição de débitos tributários em dívida ativa.

45. Os seguintes dados foram extraídos do Balanço Financeiro de determinado município:

Saldo positivo relativo ao exercício anterior.....R\$100.000,00
 Receitas orçamentárias.....R\$940.000,00
 Despesas orçamentárias.....R\$990.000,00
 Restos a pagar do exercício.....R\$35.000,00
 R.a pagar de anos anteriores pagos no exercício.....R\$55.000,00

Considerando apenas estas informações, o saldo financeiro positivo para o exercício seguinte corresponderá a, em R\$,

- (A) 10.000,00
- (B) 30.000,00
- (C) 50.000,00
- (D) 80.000,00
- (E) 120.000,00

Instruções: Para responder às questões de números 46 a 49, considere os saldos apresentados abaixo e indique o valor solicitado em cada questão (Valores em reais).

Contas – Posição em 31/12/X1	Saldo (em reais)
Dívida Ativa	200.000,00
Estoques – Material de Consumo	160.500,00
Depósitos de Terceiros	50.500,00
Bancos	450.000,00
Pessoal a Pagar	37.000,00
Operações de Crédito em Títulos	680.000,00
Bens Imóveis	400.000,00
Operações de Crédito em contratos	590.000,00
Fornecedores a Pagar	190.000,00
Bens Móveis	230.000,00
Créditos a Receber – Salário Família	1.700,00

46. Ativo Permanente

- (A) 590.500,00
- (B) 760.500,00
- (C) 830.000,00
- (D) 790.000,00
- (E) 1.109.000,00

47. O Resultado Financeiro foi um superávit de
(A) 165.900,00
(B) 171.200,00
(C) 173.000,00
(D) 174.200,00
(E) 224.700,00
48. Ativo Financeiro
(A) 376.400,00
(B) 450.300,00
(C) 451.700,00
(D) 500.500,00
(E) 650.000,00
49. Passivo Financeiro
(A) 277.500,00
(B) 240.500,00
(C) 237.000,00
(D) 190.000,00
(E) 150.500,00
50. As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços classificam-se como
(A) despesas de custeio.
(B) extra-orçamentárias.
(C) investimentos.
(D) inversões financeiras.
(E) transferências correntes.
51. Consta no rol de Princípios Orçamentários:
(A) Prudência.
(B) Objetividade.
(C) Exclusividade.
(D) Conservadorismo.
(E) Materialidade
52. Quanto à periodicidade de ingresso, as receitas classificam-se como
(A) orçamentárias e extra-orçamentárias.
(B) ordinárias e extraordinárias.
(C) corrente e de capital.
(D) originárias e derivadas.
(E) preços públicos e preços quase privados.
53. O instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo denomina-se
(A) atividade.
(B) subprograma.
(C) função.
(D) projeto.
(E) operação especial.
54. Entende-se como o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público:
(A) projeto
(B) categoria Econômica da despesa.
(C) natureza da despesa.
(D) programa.
(E) função.
55. São operações especiais as despesas que
(A) resultam em um produto.
(B) geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
(C) não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
(D) contribuem para a manutenção das ações de governo.
(E) concorrem para a expansão da ação de governo.
56. É uma despesa extra-orçamentária o pagamento de
(A) serviços de terceiros.
(B) contribuição patronal ao RPPS.
(C) pessoal.
(D) devolução de caução.
(E) juros da dívida.
57. Para cobertura de despesas urgentes e imprevistas decorrentes de guerra deverão ser abertos créditos
(A) adicionais extraordinários.
(B) orçamentários ordinários.
(C) adicionais extra-orçamentários.
(D) compulsórios.
(E) especiais.
58. Considere as seguintes afirmativas:
I. A dívida flutuante compreende os restos a pagar incluindo o serviço da dívida.
II. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não-processadas.
III. Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, não serão objeto de registro contábil.
Está correto o que se afirma APENAS em
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) I e III.
59. De acordo com a Lei nº 4.320/64, alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, serão evidenciadas
(A) na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
(B) no Balanço Financeiro.
(C) no Balanço Patrimonial.
(D) no Balanço Orçamentário.
(E) na Demonstração das Variações Patrimoniais.
60. Considere as afirmativas.
I. Os títulos de renda serão avaliados pelo seu valor nominal.
II. Os bens móveis e imóveis serão avaliados pelo valor de mercado.
III. Os bens de almoxarifado serão avaliados pelo preço das últimas compras.
Com base na Lei nº 4320, está correto o que se afirma APENAS em
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) I e III.

GABARITO:

42. C 43. D 44. E 45. B 46. A 47. D 48. C
 49. A 50. E 51. C 52. B 53. D 54. E 55. C
 56. D 57. A 58. B 59. E 60. A

CÂM. DEPUTADOS-TÉC. MAT PATRIMÔNIO-2007

19. Segundo a Lei no 4.320/64, art. 35, pertencem ao exercício financeiro

- (A) as despesas nele pagas.
 (B) as receitas nele legalmente empenhadas.
 (C) somente as despesas nele legalmente empenhadas e liquidadas.
 (D) somente as despesas nele legalmente liquidadas.
 (E) as receitas nele arrecadadas.

20. A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita

- (A) no Ministério Público da União.
 (B) na Advocacia Geral da União.
 (C) na Receita Federal do Brasil.
 (D) na Procuradoria da Fazenda Nacional.
 (E) na Secretaria do Tesouro Nacional.

21. O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, é

- (A) a fixação da despesa no orçamento público.
 (B) o empenho da despesa.
 (C) a liquidação da despesa.
 (D) o desembolso feito na conta única do Tesouro.
 (E) a inscrição na dívida pública.

22. A liquidação da despesa consiste em

- (A) verificação do direito adquirido pelo credor.
 (B) verificação da regularidade do empenho efetuado pela autoridade competente.
 (C) despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
 (D) emissão da ordem de pagamento da despesa.
 (E) verificação, efetuada por autoridade competente, acerca da despesa ter sido corretamente consignada no orçamento respectivo.

51. Considere os tipos de bens imobiliários da União e seus conceitos:

Bens:

- I. Uso Comum
 II. Dominais
 III. Uso Especial

Conceitos:

- a. Imóveis que integram o patrimônio da União como objeto de direito real, podendo ter o uso e/ou propriedade disponibilizados ou transferidos para terceiros.
 b. Imóveis de uso e propriedade do povo, sem discriminação de usuários ou ordem especial para sua fruição.
 c. Imóveis utilizados no Serviço Público. Prédios públicos.

A correta correlação entre os bens e seus respectivos conceitos ocorre em:

- (A) Ia; IIb; IIIc
 (B) Ia; IIc; IIIb
 (C) Ib; IIa; IIIc
 (D) Ib; IIc; IIIa
 (E) Ic; IIa; IIIb

52. O Sistema ...I... é uma ferramenta de apoio à administração do patrimônio imobiliário que visa identificar os imóveis de uso especial da União, sejam próprios ou de terceiros, assim como identificar seus usuários. Preenche corretamente a lacuna I acima:

- (A) SIAPA
 (B) SPIU
 (C) SIFnet
 (D) Gestão do Patrimônio da União
 (E) Controle dos Ativos

71. No Balanço Patrimonial de um ente público, são elementos classificados no Ativo Permanente

- (A) os bens numerários.
 (B) as amortizações das dívidas fundada e fluante.
 (C) os bens, valores e obrigações que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio público.
 (D) os créditos e valores cuja realização independa de autorização orçamentária.
 (E) os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

72. Dados extraídos do Balanço Financeiro de um ente público, em R\$:

Receitas Orçamentárias	227.000,00
Despesas Extra-orçamentárias.....	83.000,00
Despesas Orçamentárias	218.000,00
R. a Pagar inscritos no exercício e não pagos.....	17.000,00
Demais Receitas Extra-orçamentárias.....	64.000,00

É correto concluir que a variação positiva do saldo financeiro no exercício, em R\$, foi igual a

(A) 7.000,00.
 (B) 9.000,00.
 (C) 16.000,00.
 (D) 19.000,00.
 (E) 24.000,00.

73. Dados extraídos do Balanço Patrimonial de um ente público, em R\$:

Ativo Real Líquido	120.000,00
Ativo Real.....	875.000,00
Ativo Financeiro.....	247.000,00
Ativo Compensado	48.000,00

Sabendo que, nesse mesmo balanço, foi apurado um superávit financeiro de R\$ 60.000,00, o valor do Passivo Permanente, em R\$, é igual a

(A) 520.000,00.
 (B) 568.000,00.
 (C) 616.000,00.
 (D) 628.000,00.
 (E) 755.000,00.

74. Constituem créditos adicionais especiais aqueles destinados

- (A) a despesas de custeio com pessoal insuficientemente cobertas no orçamento.
 (B) exclusivamente ao pagamento da dívida pública interna.
 (C) a despesas urgentes e imprevistas.
 (D) a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 (E) a reforço de dotação orçamentária.

75. O princípio orçamentário que proíbe a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na Constituição, é denominado princípio da

- (A) Exclusividade.
- (B) Universalidade.
- (C) Unidade.
- (D) Não-afetação.
- (E) Especificação.

GABARITO:

19. E 20. D 21. B 22. A 51. C 52. B 71. E
72. A 73. B 74. D 75. D

TRF 2R – CONTADOR - 2007

41. São considerados fatos compensatórios de ativo e passivo financeiros:

- (A) as operações compensadas do Balanço Patrimonial.
- (B) as operações extra-orçamentárias.
- (C) os valores em poder de terceiros.
- (D) as receitas e despesas orçamentárias.
- (E) as receitas orçamentárias e as despesas extra-orçamentárias.

42. Mediante confissão de dívida, o Governo do Estado realizou parcelamento, em 120 meses, de débitos relativos ao PASEP. Esse ato financeiro foi contabilizado

- (A) no passivo permanente.
- (B) no passivo financeiro.
- (C) no passivo compensado.
- (D) como mutação patrimonial passiva.
- (E) como fato independente da execução orçamentária – variação ativa.

43. Restos a Pagar

- (A) provêm do regime de caixa da despesa, integrando a dívida fluante.
- (B) advêm do regime de competência da despesa, compondo a dívida fundada.
- (C) subdividem-se em liquidados e processados.
- (D) decorrem do regime de competência da despesa, compondo a dívida fluante.
- (E) são despesas liquidadas e pagas no mesmo exercício de competência.

46. Ao final de 2006, o Balanço Orçamentário apresentou os seguintes números monetários (em R\$)

Créditos Orçamentários..... 10.000
Créditos Suplementares amparados em Sup Financeiro... 1.000
Créditos Especiais amparados na anulação de dotação.... 500

À vista disso, no encerramento de 2006, a despesa fixada representou a cifra, em R\$, de

- (A) 11.000
- (B) 10.000
- (C) 11.500
- (D) 9.000
- (E) 8.500

48. Do ponto de vista orçamentário, a compra de prédio usado é classificada tal qual

- (A) despesa corrente.
- (B) investimento.
- (C) transferência de capital.

(D) inversão financeira.

(E) fato independente da execução orçamentária.

49. Inscrição da Dívida Ativa é:

- (A) variação ativa, independente da execução orçamentária.
- (B) variação ativa, resultante da execução orçamentária.
- (C) mutação patrimonial ativa.
- (D) fato do sistema compensado.
- (E) mutação patrimonial passiva.

Instruções: Considere as afirmações abaixo para responder as questões de números 50 a 51.

Ao final do exercício financeiro, apurou-se os seguintes números monetários (em R\$)

Receita Prevista..... 5.000
Receita Realizada..... 5.200
Despesa Fixada..... 5.150
Despesa Empenhada 5.100
Ativo Financeiro 1.000
Passivo Financeiro 1.200
Ativo Permanente 1.000
Passivo Permanente..... 1.500

50. O resultado de execução orçamentária é um

- (A) Superávit de 50.
- (B) Superávit de 100.
- (C) Superávit de 150.
- (D) Déficit de 150.
- (E) Déficit de 200.

51. Também chamado patrimônio financeiro, o resultado financeiro é um

- (A) Superávit de 100.
- (B) Superávit de 150.
- (C) Déficit de 200.
- (D) Déficit de 150.
- (E) Perfeito equilíbrio de caixa.

52. O relatório resumido da execução orçamentária

- (A) alcança todos os entes da Federação, sendo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- (B) é produzido individualmente em cada Poder estatal, apresentando números que permitem a limitação de empenho e de movimentação financeira.
- (C) apresenta o comportamento de despesas e dívidas sujeitas a limites fiscais.
- (D) revela somente a despesa com pessoal ativo e inativo, bem assim os saldos de operações de crédito e Restos a Pagar.
- (E) abrange todos os Poderes, fornecendo dados que indicam a limitação de empenho e de movimentação financeira.

53. O lançamento

BANCOS a DÉBITOS DE TESOURARIA é consignado para registrar uma

- (A) receita extra-orçamentária.
- (B) receita orçamentária.
- (C) despesa orçamentária.
- (D) despesa extra-orçamentária.
- (E) despesa de capital.

54. Dispensada do relatório de gestão fiscal, está a movimentação financeira de

- (A) empresas públicas que dependem de recursos do Caixa Central.
- (B) fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (C) empresas estatais que do erário nunca recebem recursos para custeio.
- (D) fundos especiais.
- (E) toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista.

55. É função do controle interno:

- (A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal.
- (B) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (C) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
- (D) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira e orçamentária.
- (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade da concessão de aposentadorias e pensões.

56. Amparam créditos adicionais:

- (A) o excesso de arrecadação efetivamente realizado no ano anterior.
- (B) o superávit orçamentário do exercício anterior.
- (C) os recursos de operações de crédito por antecipação da receita – ARO.
- (D) o superávit econômico do exercício anterior.
- (E) os recursos que, em decorrência de emenda legislativa, fiquem sem despesas correspondentes.

57. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

- (A) o plano plurianual apresentará critérios para contingenciamento da despesa.
- (B) o plano plurianual conterà critérios de repasse a entidades públicas e privadas.
- (C) a despesa obrigatória continuada alcança somente a categoria econômica de capital.
- (D) a criação de nova despesa demanda estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro.
- (E) a receita corrente líquida abrange somente os dois últimos meses.

58. Qual demonstrativo congrega receitas e despesas orçamentárias, mutações patrimoniais, bem assim contas independentes da execução orçamentárias?

- (A) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) Balanço Orçamentário.
- (C) Balanço Financeiro.
- (D) Balanço Patrimonial.
- (E) Balanço Compensado.

59. Para a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa de pessoal

- (A) baseia-se somente no percentual do mês anterior, o qual figura no balanço orçamentário.
- (B) envolve somatório de doze meses, comparecendo seu percentual no relatório resumido da execução orçamentária.
- (C) envolve somatório de doze meses, comparecendo seu percentual no relatório de gestão fiscal.
- (D) tem um limite prudencial, correspondente a 90% do teto.

(E) é apurada e controlada somente pelo Poder Executivo, uma vez que só a este compete arrecadar a receita governamental.

60. Segundo sua natureza, a despesa pública classifica-se em:

- (A) órgão de orçamento, função, categoria econômica.
- (B) função, subfunção, programa, atividade ou projeto.
- (C) órgão de orçamento, unidade de orçamento, unidade de despesa.
- (D) função, subfunção, categoria econômica.
- (E) categoria econômica, grupo de natureza, elemento de despesa.

GABARITO:

41. B 42. A 43. D 46. A 48. D 49. A 50. B
51. C 52. E 53. A 54. C 55. B 56. E 57. D
58. A 59. C 60. E

TRF 23R – CONTADOR – 2007

22. Um ingresso de recursos que aumenta a situação líquida do ente público é a receita

- (A) de amortização de empréstimos concedidos.
- (B) de operação de crédito por antecipação de receita.
- (C) extra-orçamentária.
- (D) patrimonial.
- (E) de cauções.

23. É um exemplo de receita extra-orçamentária:

- (A) Os depósitos e cauções recebidas pelo ente público.
- (B) A venda de produtos agrícolas efetuada por uma autarquia.
- (C) O aluguel de imóveis de propriedade do ente público.
- (D) Os juros recebidos por aplicações financeiras efetuadas pelo ente público.
- (E) O recebimento do pagamento de foros e laudêmios pela União.

24. A amortização de empréstimos decorrentes de antecipação de receita é uma despesa

- (A) que não afeta o saldo financeiro do exercício.
- (B) extra-orçamentária.
- (C) orçamentária de capital.
- (D) orçamentária corrente.
- (E) que depende de autorização legislativa para sua realização.

25. É um exemplo de variação ativa independente de execução orçamentária:

- (A) Aquisição de material permanente.
- (B) Inversões financeiras do ente público.
- (C) Nascimento de semoventes.
- (D) Doações efetuadas pelo ente público.
- (E) Amortização da dívida pública.

26. Em relação ao SIAFI:

- (A) Os eventos da classe 10.0.000 se referem a dotações de despesas.
- (B) É um sistema informatizado através do qual é elaborado o orçamento da União.
- (C) A conta única do Tesouro Nacional é operacionalizada por seu intermédio.
- (D) A Nota de Programação Financeira permite realizar a transferência de recursos entre as unidades gestoras.
- (E) Uma vez registrado um documento no sistema, ele poderá ser alterado em caso de inexatidão pelo usuário regularmente cadastrado.

27. De acordo com as normas de Contabilidade Pública adotadas no Brasil, em relação ao registro dos elementos patrimoniais,

- (A) os títulos de renda, pelo seu valor nominal, permitida a constituição de provisão para adequá-los ao valor de mercado se este for maior.
 (B) os bens do almoxarifado serão avaliados pelo preço médio ponderado das compras.
 (C) os bens imóveis serão avaliados pelo custo de aquisição, sendo vedada a sua reavaliação a valor de mercado.
 (D) os débitos e créditos em moeda estrangeira serão avaliados pelo seu valor nominal, feita a conversão pela taxa de câmbio do dia da ocorrência do fato contábil correspondente.
 (E) os bens móveis serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, a critério do responsável pela escrituração.

28. O saldo negativo da diferença entre os totais da arrecadação prevista e da realizada na execução orçamentária de um ente público é denominado

- (A) Superávit Financeiro.
 (B) Déficit Orçamentário.
 (C) Excesso de Arrecadação.
 (D) Ativo Real Líquido.
 (E) Superávit Orçamentário.

29. A análise do balanço orçamentário de um ente público levou um auditor de controle interno a concluir que no exercício houve

- (A) economia orçamentária, quando comparou a Receita Prevista de R\$ 529.400,00 com a Receita Arrecadada de R\$ 527.600,00.
 (B) déficit orçamentário, quando comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 com a Despesa Realizada de R\$ 526.750,00.
 (C) insuficiência de arrecadação, quando comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 com a Receita Arrecadada de R\$ 527.260,00.
 (D) economia de despesa, quando comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 com a Receita Prevista de R\$ 529.400,00.
 (E) superávit orçamentário, quando comparou a Despesa Realizada de R\$ 526.750,00 com a Receita Arrecadada de R\$ 527.260,00

30. Considere os dados extraídos do Balanço Financeiro de determinado município no exercício encerrado em 31/12/2006:

Saldo positivo do exercício findo: 31/12/2005..R\$	128.000,00
Receitas Correntes.....R\$	354.000,00
Despesas de Capital	R\$ 152.000,00
Restos a pagar de 2005 pagos em 2006	R\$ 37.000,00
Despesas Correntes.....R\$	363.000,00
Restos a pagar inscritos em 2006.....R\$	46.000,00
Receitas de Capital	R\$ 47.000,00

O saldo financeiro positivo do município em 31/12/2006 correspondeu, em R\$, a:

- (A) 160.000,00
 (B) 128.000,00
 (C) 23.000,00
 (D) 86.000,00
 (E) 77.000,00

31. No Balanço Patrimonial de determinado município, o valor do Ativo Real foi de R\$ 360.000,00 e o Saldo Patrimonial foi negativo em R\$ 35.500,00. O valor do Passivo Permanente desse município, tendo em vista que ele corresponde 3/4 do Passivo Financeiro, em R\$, é de:

- (A) 169.500,00
 (B) 296.625,00

- (C) 226.000,00
 (D) 325.000,00
 (E) 98.875,00

32. Considere as informações extraídas da Demonstração das Variações Patrimoniais de um ente público (em R\$):

Despesas correntes.....	580.000,00
Superveniências ativas.....	98.000,00
Despesas de capital	245.000,00
Receitas correntes.....	545.000,00
Receitas de capital	267.000,00
Decréscimos patrimoniais.....	62.000,00

O ente público teve

- (A) Déficit patrimonial de R\$ 75.000,00.
 (B) Déficit patrimonial de R\$ 39.000,00.
 (C) Déficit patrimonial de R\$ 13.000,00.
 (D) Superávit patrimonial de R\$ 23.000,00.
 (E) Superávit patrimonial de R\$ 85.000,00.

33. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas com pessoal, não poderão exceder

- (A) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, no caso dos Estados.
 (B) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, no caso da União.
 (C) 55% (cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida, no caso da União.
 (D) 55% (cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida, no caso dos Municípios.
 (E) 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida, no caso dos Municípios.

34. Considere as afirmações abaixo relativas ao conteúdo da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000 e suas alterações).

I. Empresa estatal dependente é aquela que recebe do ente da Federação que a controla recursos financeiros para pagamentos de despesa com pessoal ou de custeio em geral.

II. O ente da federação, caso exceda os limites de endividamento previstos na Lei, tem um prazo de, no mínimo, cinco exercícios para reconduzir a dívida a seus limites.

III. Os atos que aumentarem ou criarem despesa obrigatória de caráter continuado para um ente da federação deverão demonstrar a origem de recursos para seu custeio.

IV. Considera-se aumento permanente da receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo e majoração ou criação de tributo ou contribuição.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
 (B) I e II.
 (C) I e III.
 (D) II e IV.
 (E) I, III e IV.

40. Sobre as despesas públicas é correto afirmar:

- (A) O reconhecimento da despesa ocorre somente por ocasião de sua liquidação, ocasião em que o ente público promoverá a respectiva baixa no crédito orçamentário.
 (B) O pagamento da despesa somente poderá ser efetuado após sua regular liquidação.
 (C) Os juros da dívida pública interna são classificados como despesas de capital.

(D) As despesas extra-orçamentárias não influenciam o resultado financeiro do exercício.
 (E) O empenho da despesa por estimativa é efetuado para atender gastos que possam ser perfeitamente quantificáveis.

- (C) 50.000
 (D) 70.000
 (E) 100.000

41. São classificadas como despesas de capital:

- (A) subvenções econômicas a empresas estatais.
 (B) depósitos e cauções efetuados pelo ente público.
 (C) débitos de tesouraria.
 (D) valores gastos no aumento de capital de empresas estatais.
 (E) transferências de arrecadação para outro ente público.

42. É classificada como transferência de capital:

- (A) Subvenção social.
 (B) Amortização da dívida pública.
 (C) Aquisição de material permanente.
 (D) Participação na constituição de empresas.
 (E) Aposentadoria paga pelo ente público.

GABARITO:

22. D 23. A 24. B 25. C 26. C / D
 27. B 28. C 29. E 30. C 31. A
 32. D 33. A 34. E 40. B 41. D 42. B

TREMS-ANAL-JUD-CONTABILIDADE-FCC 2007

39. Considere as informações da Prefeitura do Município de Mata Azul abaixo (Em R\$).

Receita prevista	100.000	Despesa fixada	100.000
Receita arrecadada	150.000	Despesa empenhada	80.000
Despesa paga	50.000	Saldo patrimonial	30.000
Passivo Financeiro	80.000	Ativo Permanente	50.000
Receita Extra-Orçamentária	40.000	Ativo Compensado	35.000

O resultado da execução orçamentária, em R\$, é

- (A) 5.000
 (B) 20.000

41. Considere os dados da Prefeitura Crisântemo abaixo
 I. Balanço Financeiro em 30.11.06 (Em R\$)

Receita Orçamentária	123.197	Despesa Orçamentária	121.613
Receitas Tributárias	74.698	Saúde	120.810
Receitas Patrimoniais	519	Previdência Social	803
Receitas de Serviços	2.029		
Transfer. Correntes	45.500		
Out. Rec. Correntes	451		
Receita Extra-Orçamentária	16.421	Despesa Extra-Orçamentária	17.031
Consignações	14.155	Consignações	14.670
Credores Diversos	2.263	Credores Diversos	2.361
Cauções	3	Cauções	0
Saldo Exerc. Anterior	2.962	Saldo Exer. Seguinte	3.936
Banco C/ Movimento	281	Banco C/Movimento	4
Banco C/ Aplicação	2.681	Banco C/Aplicação	3.932
Total	142.580	Total	142.580

II. Informações Adicionais

Operações realizadas em dezembro de 2006 (Em R\$)

- recebimento de taxa de 5.000
- despesa empenhada e não paga 20.000
- recebimento de cauções em dinheiro 5.000

O total da receita extra-orçamentária em 31.12.06, em R\$, é

- (A) 46.421
 (B) 41.421
 (C) 40.000
 (D) 36.421
 (E) 21.421

42. Determine o montante total da economia orçamentária da autarquia Itupeva, levando em conta os dados a seguir (R\$):

	Previsão	Execução	Difer.		Fixação	Execução	Difer.
Receita Tributária	40.000	47.000	7.000	Crédito Orçamentário	82.000	77.000	(5.000)
Transferências Correntes	12.000	7.500	(4.500)	Crédito Especial	3.000	2.200	(800)
Outras correntes	800	400	(400)				
Operação de Crédito	25.500	7.000	(18.500)				
Alienação de Bens	200	0	(200)				
SOMA	78.500	61.900	(16.600)	SOMA	85.000	79.200	(5.800)
DÉFICIT	6.500	17.300	10.800				
TOTAL	85.000	79.200	(5.800)	TOTAL	85.000	79.200	(5.800)

- (A) 79.200
 (B) 61.900
 (C) 17.300
 (D) 6.500
 (E) 5.800

Atenção: Para responder às questões de números 43 a 46 considere o Balanço Patrimonial abaixo, de uma Autarquia, em 31.12.2004 (Em R\$)

Balanço Patrimonial			
Ativo Financeiro	1.000	Passivo Financeiro	550
Caixa	1.000	Depósito	50
		Restos a Pagar	500
Ativo Permanente	1.080		
Almoxarifado	5	Passivo Permanente	30
Imóveis	515	Dívida Fundada	30
Dívida Ativa	560		
		Saldo Patrimonial	1.500
		Ativo Real Líquido	1.500
Total	2.080	Total	2.080

Em relação ao exercício de 2005 foram levantadas as informações a seguir (Em R\$):

- Receita Orçamentária total arrecadada 4.000
- Despesa Orçamentária total empenhada foi de 5.000 e 20% desse valor correspondeu a despesa total paga
- A Autarquia recebeu diversas mesas e cadeiras da Empresa Bom Coração a título de doação, no total de 1.000
- Dívida Ativa cancelada no montante de 500
- Pagamento integral de Restos a Pagar de 31.12.04.

43. O saldo final do caixa em 2005 foi, em R\$, de

- (A) 5.000
- (B) 4.500
- (C) 4.000
- (D) 3.500
- (E) 3.000

44. Ao final de 2005 o valor de Restos a Pagar, em R\$, é

- (A) 5.000
- (B) 4.500
- (C) 4.000
- (D) 3.500
- (E) 3.000

45. No Balanço Patrimonial de 31.12.05 o saldo patrimonial foi, em R\$ de,

- (A) 500
- (B) 1.000
- (C) 1.500
- (D) 2.000
- (E) 2.500

46. Na Demonstração das Variações Patrimoniais de 2005, a soma das Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária com as Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária resultou no montante, em R\$, de

- (A) 5.000
- (B) 4.500
- (C) 4.000
- (D) 1.000
- (E) 500

47. O Princípio orçamentário que está relacionado com a afirmação: É vedada a vinculação de impostos a órgãos e despesas, é o da

- (A) Universalidade
- (B) Unidade
- (C) Singularidade
- (D) Exclusividade
- (E) Não afetação da receita

48. Considere o estabelecido pela Lei nº 4.320/64 e os dados da Prefeitura do Município de Beija Flor Dourado fornecidos abaixo.

I. Balanço Financeiro (EM R\$)

	31.12.X1	30.10.X2		31.12.X1	30.10.X2
Receita Orçamentária	100.000	130.000	Despesa Orçamentária	80.000	100.000
Receita Extra-Orçamentária	20.000	20.000	Despesa Extra-Orçamentária	30.000	60.000
Saldo Exercício Anterior	20.000	30.000	Saldo Exercício Seguinte	30.000	20.000
TOTAL	140.000	180.000	TOTAL	140.000	180.000

II. Balanço Patrimonial (EM R\$)

	31.12.X1	30.10.X2		31.12.X1	30.10.X2
Ativo Financeiro	30.000	20.000	Passivo Financeiro	5.000	7.000
Caixa	30.000	20.000	Depósito	2.000	3.000
			Restos a Pagar	3.000	4.000
Ativo Permanente	65.000	50.000	Passivo Permanente	20.000	20.000
Almoxarifado	55.000	40.000	Empréstimos	20.000	20.000
Imóveis	10.000	10.000	Saldo Patrimonial	70.000	43.000
			Ativo Real Líquido	70.000	43.000
Total	95.000	70.000	Total	95.000	70.000

O valor máximo, em termos de recursos para abertura do crédito adicional suplementar, que essa Prefeitura poderá utilizar no exercício de X2 é, em R\$, de

- (A) 13.000
- (B) 20.000
- (C) 25.000
- (D) 43.000
- (E) 70.000

51. A entidade Iporanga apura seu resultado pelo regime contábil de caixa. Considerando as receitas e despesas abaixo, o resultado em 20X5 é

Em R\$	
Receita de 20X4 recebida em 20X5	25.000
Receita de 20X5 recebida em 20X5	20.000
Despesa de 20X5 paga em 20X5	15.000
Despesa de 20X4 paga em 20X5	5.000

- (A) R\$ 40.000
 (B) R\$ 30.000
 (C) R\$ 25.000
 (D) R\$ 15.000
 (E) R\$ 5.000

GABARITO:

39. D 41. B 42. E 43. D 44. C 45. B
 46. A 47. E 48. C 51. C

TRF5R – ANAL.JUD-CONTADORIA-06 – 2008

41. A contabilidade aplicada às entidades governamentais segue regras e normas específicas deste ramo das Ciências Contábeis para a geração de informações para seus usuários. Sobre esse assunto, considere as afirmações a seguir:

I. As disposições contidas na Lei nº 4.320/64 sobre a forma de funcionamento da contabilidade aplicam-se aos órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e empresas de economia mista.

II. Segundo a Lei nº 4.320/64, os regimes contábeis da receita e despesa são, respectivamente, competência e caixa, uma vez que se consideram como pertencentes ao exercício financeiro as receitas nele lançadas e as despesas nele legalmente pagas.

III. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuam despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

IV. O conjunto de demonstrações geradas pela contabilidade pública abrange o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II
 (B) II e III
 (C) III e IV
 (D) II, III e IV
 (E) I, III e IV

42. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000), se for verificado no processo de execução orçamentária, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão

- (A) ajustes das metas de resultado primário e nominal
 (B) limitação de empenho e movimentação financeira
 (C) limitação de liquidação e de pagamento de despesas já empenhadas
 (D) suspensão do pagamento de despesas já liquidadas

(E) limitação de despesas que constituem obrigações legais

43. O recebimento pela União de recursos financeiros provenientes da distribuição de dividendos por empresas por ela controladas compõe a fonte de receita denominada

- (A) Receita Patrimonial
 (B) Operações de Crédito
 (C) Transferências Correntes
 (D) Receita de Serviços
 (E) Outras Receitas Correntes

44. Em relação à despesa, a classificação programática foi separada da classificação funcional pela Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, passando a ser composta por quatro categorias: programas, projetos, atividades e operações especiais.

São exemplos de operações especiais:

- (A) manutenção de rodovias federais e construção de pontes.
 (B) consultas médicas e distribuição de medicamentos
 (C) construção de hospitais e reorganização do setor de suprimentos
 (D) limpeza de ruas e praças e pagamento de encargos da dívida pública
 (E) pagamento de aposentadorias e pagamento de sentenças judiciais

45. Quanto às operações de crédito por antecipação da receita orçamentária é correto afirmar que

- (A) os recursos financeiros recebidos pela entidade pública são classificados como uma fonte de receita orçamentária
 (B) tanto a amortização do principal quanto os encargos financeiros são considerados despesas orçamentárias
 (C) o valor dos encargos financeiros representa uma entrada compensatória no ativo e passivo financeiros
 (D) a amortização do principal é uma despesa extra-orçamentária e os encargos financeiros representam uma despesa orçamentária
 (E) tanto a amortização do principal quanto o pagamento dos encargos financeiros dependem de autorização legislativa.

46. O SIAFI utiliza a tabela de eventos, em que o gestor informa um código e, a partir deste ponto, os lançamentos contábeis são gerados por tal sistema. Um evento que gera, concomitantemente, lançamentos contábeis no sistema orçamentário, financeiro e patrimonial é a

- (A) alienação de bens móveis
 (B) liquidação da despesa com pessoal
 (C) arrecadação de impostos
 (D) previsão da receita tributária
 (E) baixa de veículos por sinistro

47. Em um órgão público, o lançamento contábil para registro da inscrição da dívida ativa no sistema patrimonial deve ser

- (A) D – Ativo Permanente/Dívida Ativa
 C – Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Patrimoniais/Inscrição de Dívida Ativa
 (B) D – Ativo Financeiro/Dívida Ativa
 C – Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária/Inscrição de Dívida Ativa
 (C) D – Ativo Permanente/Dívida Ativa

- (D) C – Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária/Inscrição da Dívida Ativa
 D – Ativo Permanente/Dívida Ativa
- (E) C – Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária/Receita Orçamentária/Inscrição de Dívida Ativa
 D – Variações Passivas Resultantes da Execução Orçamentária/Mutações Patrimoniais/Inscrição de Dívida Ativa
 C – Passivo Permanente/Dívida Ativa

48. O Art. 165 da Constituição Federal de 1988 estabelece os três instrumentos de planejamento e orçamento das ações governamentais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Sobre as disposições constitucionais e aquelas contidas na Lei Complementar nº 101/2000 relativas à Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que

(A) o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto abrange todas as receitas e despesas de tais empresas.

(B) o projeto de lei orçamentária poderá consignar dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no PPA ou em lei que autorize a sua inclusão.

- (C) a lei não conterá dispositivo estranho da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e especiais
- (D) o orçamento da seguridade social compreende todas as despesas com as funções saúde, assistência social, previdência e educação
- (E) o projeto de lei orçamentária anual conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidas na LDO

49. Um aumento efetivo do Patrimônio é causado pela ocorrência

(A) da construção de uma ponte

(B) da arrecadação de taxas

(C) de empréstimos tomados

(D) do cancelamento de dívida ativa

(E) de manutenção de ruas e praças

50. Os créditos especiais abertos no mês de julho poderão vigorar

(A) até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo

(B) até o mês de julho do exercício seguinte

(C) durante o prazo estipulado pela lei que autorizou sua abertura

(D) até o final do exercício em que foram abertos

(E) durante a vigência do plano plurianual

Instruções: Para responder as questões de números 51 e 52 utilize a tabela com o Balanço Orçamentário abaixo.

RECEITAS				DESPESAS			
Títulos	Previsão	Execução	Difer.	Títulos	Fixação	Execução	Difer.
Receitas Correntes	580	610	30	Créd.Orçamentários e			
Receitas Tributárias	500	600	100	Suplementares	730	695	-35
Outras Receitas Correntes	80	10	-70	Créditos Especiais	20	10	-10
Receitas de Capital	150	155	5	Créditos Extraordinários	10	10	0
Operações de Crédito	100	85	-15				
Alienação de Bens	20	70	50				
Amort. de Empréstimos	30		-30				
SOMA	730	765	35	SOMA	760	715	-45
DÉFICIT	30		-30	SUPERÁVIT		50	50
TOTAL	760	765	5	TOTAL	760	765	5

51. A entidade pública teve uma economia orçamentária de

(A) R\$ 10,00

(B) R\$ 30,00

(C) R\$ 35,00

(D) R\$ 45,00

(E) R\$ 50,00

52. O resultado da execução orçamentária foi

(A) deficitário em R\$ 35,00

(B) superavitário em R\$ 35,00

(C) deficitário em R\$ 45,00

(D) superavitário em R\$ 50,00

(E) deficitário em R\$ 50,00

53. Considere os dados abaixo, extraídos da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Baixa de Bens Móveis por Alienação.....	70
Amortização de Empréstimos Tomados.....	40
Aquisição de Bens Imóveis.....	75
Aquisição de Bens Móveis.....	190
Despesa Orçamentária.....	20
Empréstimos Tomados.....	725
Incorporação de Bens Imóveis por doação.....	85
Resultado Positivo na Alienação de Bens Móveis.....	100
Receita Orçamentária.....	30
	810

O resultado patrimonial do período foi

- (A) superavitário em R\$ 475,00
- (B) superavitário em R\$ 385,00
- (C) superavitário em R\$ 300,00
- (D) superavitário em R\$ 255,00
- (E) deficitário em R\$ 85,00

54. Em relação ao Balanço Financeiro, é correto afirmar que
(A) o pagamento de serviços da dívida inscrito em exercícios anteriores provoca uma redução nas disponibilidades resultante da execução do orçamento

(B) os valores inscritos em restos a pagar são considerados receitas extra-orçamentárias e representam entradas efetivas de dinheiro no caixa

(C) o resultado financeiro é positivo quando a diferença entre receitas e despesas extra-orçamentárias for positiva

(D) os valores das receitas e das despesas orçamentárias são aqueles apresentados na proposta orçamentária do período

(E) a diferença entre receitas e despesas orçamentárias representa o impacto na situação financeira decorrente da execução do orçamento

GABARITO:

- | | | | | | |
|------|------|------|------|------|------|
| 41.C | 42.B | 43.A | 44.E | 45.D | 46.A |
| 47.C | 48.E | 49.B | 50.D | 51.D | 52.D |
| 53.B | 54.E | | | | |

TCESP-AUDITOR-2008

17. Sobre a despesa pública e seu processamento, é correto afirmar:

(A) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

(B) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho e, em casos especiais, justificados pela autoridade competente, será dispensada a emissão da nota de empenho.

(C) Não será permitido o empenho por estimativa, quando o montante da despesa não se possa determinar.

(D) Não é permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

(E) Para cada empenho será extraído um documento denominado "autorização de empenho" que indicará o nome do devedor, a representação e a importância da despesa.

18. Tendo em vista a legislação que se refere à dívida fundada ou consolidada, é INCORRETO afirmar:

(A) A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.

(B) Será incluída na dívida pública consolidada da União a dívida relativa a títulos da dívida pública emitidos pelo Banco Central do Brasil.

(C) Dívida fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses.

(D) Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham

constado do orçamento e, para fins de aplicação dos limites, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

(E) A dívida fundada será escriturada com individualização e especificações que permitem verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.

60. A análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais das entidades governamentais de administração direta pressupõe o conhecimento dos procedimentos contábeis adotados em relação aos bens públicos. Sobre esse assunto, considere:

I – As despesas com construção de bens de uso comum do povo não provocam mutação patrimonial, uma vez que tais bens não são registrados como ativo permanente.

II – A alienação de um bem móvel, registrado como ativo permanente, provoca uma mutação patrimonial passiva resultante da execução orçamentária.

III – O registro da depreciação dos bens móveis e imóveis componentes do ativo permanente segue as mesmas regras adotadas pelas entidades privadas.

IV – Os bens de almoxarifado são avaliados pelo preço médio ponderado das compras ou pelo valor de reposição de tais bens, dos dois o menor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I, II e IV
- (D) II e III
- (E) III e IV

64. Considere o Balanço Orçamentário abaixo.

RECEITAS				DESPESAS			
Títulos	Previsão	Execução	Difer.	Títulos	Fixação	Execução	Difer.
Receitas Correntes	480	460	-20	Créditos Orçamentários e Suplementares	700	650	-50
Receitas Tributárias	400	370	-30	Créditos Especiais	20	10	-10
Outras Rec. Correntes	80	90	10	Créditos Extraordinários	10	10	0
Receitas de Capital	220	225	5				
Operações de Crédito	100	100	0				
Alienação de Bens	80	125	45				
Amort de Empréstimos	40		-40				
SOMA	700	685	-15	SOMA	730	670	-60
DÉFICIT	30		-30	SUPERÁVIT		15	15
TOTAL	730	685	-45	TOTAL	730	685	-45

O resultado da execução orçamentária foi gerado pelo

- (A) superávit de previsão de 30, insuficiência de arrecadação de 15 e economia orçamentária de 60.
 (B) déficit de previsão de 30, excesso de arrecadação de 15 e economia orçamentária de 60.
 (C) déficit de previsão de 30, insuficiência da arrecadação de 15 e economia orçamentária de 60.
 (D) déficit de previsão de 30, excesso de arrecadação de 15 e excesso de despesa de 60.
 (E) superávit de previsão de 30, excesso de arrecadação de 15 e economia orçamentária de 60.

GABARITO:

17. A 18. B 60. A 64. C

TCEAL-AUDITOR - 2008

83. Do Balanço Orçamentário de um município, referente ao exercício encerrado em 31-12-2007, foram extraídas as seguintes informações (em R\$):

- Receita Prevista.....	250.000,00
- Excesso de Arrecadação.....	40.000,00
- Economia Orçamentária.....	35.000,00
- Superávit Orçamentário.....	15.000,00

É correto afirmar que a despesa fixada e a despesa realizada por esse município em 2007 corresponderam respectivamente, em R\$, a

- (A) 310.000,00 e 275.000,00
 (B) 305.000,00 e 280.000,00
 (C) 300.000,00 e 285.000,00
 (D) 285.000,00 e 300.000,00
 (E) 275.000,00 e 310.000,00

84. É um exemplo de despesa extra-orçamentária o pagamento de

- (A) amortização da dívida pública
 (B) restos a pagar de exercícios anteriores
 (C) subvenções econômicas
 (D) subvenções sociais
 (E) de imóvel ou de bem de capital já em utilização pelo órgão público.

85. Um determinado contribuinte quita um valor inscrito na dívida ativa de seu município. O lançamento correspondente no sistema patrimonial será:

- (A) Ativo Permanente – Dívida Ativa Tributária
 a Variações Ativas
 (B) Bancos
 a Receita Prevista Corrente – Dívida Ativa Tributária

(C) Despesa Fixada Corrente

a Bancos

(D) Receita Prevista Corrente – Dívida Ativa Tributária

a Variações Ativas

(E) Variações Passivas

a Ativo Permanente – Dívida Ativa Tributária

86. Um município vende imóvel de sua propriedade em função de dificuldades financeiras. A contabilização correta desse fato no sistema financeiro será:

- (A) Receita de Capital Arrecadada
 a Receita Prevista de Capital
 (B) Variações Passivas
 a Ativo Permanente – Bens Imóveis
 (C) Variações Passivas
 a Ativo Permanente – Bens Móveis
 (D) Bancos
 a Receita de Capital – Alienação de Bens Móveis
 (E) Bancos
 a Ativo Permanente – Bens Imóveis

GABARITO:

83. A 84. B 85. E 86. D

TCEAM-AUDITOR-CG/CEI-2008

68. Regime de Caixa é uma

- (A) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício
 (B) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os recebimentos ocorridos efetivamente no exercício

(C) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos ocorridos efetivamente no exercício

(D) modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos resultados do mesmo

(E) norma contábil pela qual os ingressos públicos e os custos são atribuídos ao exercício a que pertencem, embora recebidos e pagos em outros exercícios

69. A receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte serão demonstrados no Balanço

- (A) Patrimonial
- (B) Orçamentário
- (C) Financeiro
- (D) Consolidado
- (E) Fiscal

70. Os bens do almoxarifado, de acordo com a Lei nº 4.320/64, serão avaliados pelo

- (A) valor de mercado
- (B) sistema PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai)
- (C) sistema UEPS (Último que Entra, Primeiro que Sai)
- (D) preço médio ponderado das compras
- (E) custo histórico

71. Dívidas, ressarcimentos, indenizações e outros afins, que representam uma agregação neutra, deverão ser englobados na função

- (A) Juros e encargos
- (B) Administração Geral
- (C) Inativos
- (D) Serviço da dívida
- (E) Encargos Especiais

GABARITO:

68. A 69. C 70. D 71. E

TCEAM-ANAL.TÉC. CONTROLE EXTERNO-2008

65. No âmbito da receita pública,

- (A) as receitas correntes nunca podem superar as despesas correntes
- (B) as receitas de capital são integradas por operações de crédito, receitas patrimoniais e receitas agropecuárias
- (C) as receitas tributárias são compostas por impostos, taxas e contribuições a outros níveis de governo
- (D) os rendimentos de aplicação financeira são classificados como receita patrimonial
- (E) a receita da dívida ativa jamais se desdobra nas categorias tributária e não-tributária

66. Na classificação funcional da despesa, a categoria denominada projeto está relacionada

- (A) às ações que se realizam de modo contínuo e permanente, voltadas à operação normal da máquina pública
- (B) às operações limitadas no tempo, que resultam em produto voltado à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação de governo
- (C) às obras e serviços de engenharia, divididos nas categorias

básico e executivo

(D) às despesas que não contribuem para a manutenção do aparato estatal tampouco para a geração de um novo produto governamental

(E) ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação governamental

67. Na classificação funcional, a despesa pública obedece à seguinte hierarquia:

- (A) função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial
- (B) função, subprograma, programa, projeto e atividade
- (C) programa, categoria econômica, natureza de despesa e elemento
- (D) órgão orçamentário, unidade orçamentária e unidade de despesa
- (E) categoria, natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento

68. São contas típicas do Balanço Patrimonial:

- (A) Inscrição em Dívida Ativa e Alienação de Bens Móveis
- (B) Bancos e Mutações Patrimoniais
- (C) Disponível do Exercício Anterior e Saldo Financeiro para o ano seguinte
- (D) Créditos Orçamentários e Suplementares
- (E) Bens Móveis e Restos a Pagar

93. O regime de escrituração contábil das receitas e despesas das entidades públicas pertencentes à administração direta é determinado pelo art. 35, incisos I e II, da Lei nº 4.320/64. De acordo com este dispositivo legal, a contabilidade deve reconhecer como pertencente ao exercício financeiro as

- (A) despesas quando da sua autorização na Lei Orçamentária Anual
- (B) receitas quando da sua previsão no Plano Plurianual
- (C) despesas quando legalmente nele forem empenhadas
- (D) despesas no momento em que legalmente nele forem pagas
- (E) receitas quando da ocorrência do fato gerador do tributo

94. Quanto ao estágio de empenho da despesa, considere:

I. A nota de empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição

II. A realização de despesa sem prévio empenho é permitida quando não se pode determinar o montante exato da despesa

III. A redução ou cancelamento no exercício financeiro de compromisso que caracterizou o empenho implicará sua anulação parcial ou total revertendo o valor à respectiva dotação

IV. A realização de empenho global é permitida para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento

V. As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III
- (B) I, III e IV
- (C) I, II e V
- (D) II, III e IV
- (E) III, IV e V

95. O recebimento pela União do valor correspondente a multas e juros de mora dos tributos compõe a fonte de receita denominada

- (A) receita patrimonial
- (B) receita tributária
- (C) transferências correntes
- (D) outras receitas correntes
- (E) receita de serviços

96. A retenção das contribuições previdenciárias, valores descontados da folha de pagamentos dos servidores públicos, corresponde a uma

- (A) receita extra-orçamentária
- (B) despesas extra-orçamentárias
- (C) receita orçamentária de contribuições
- (D) receita orçamentária tributária
- (E) despesa orçamentária de transferências a instituições privadas

97. Uma redução efetiva do patrimônio público é causada pela ocorrência de uma

- (A) insubsistência passiva
- (B) superveniência passiva
- (C) mutação passiva
- (D) superveniência ativa
- (E) interferência ativa

98. O plano de contas de entidades governamentais é estruturado em quatro sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Em diversas situações, um ato da administração pode gerar lançamentos em mais de um sistema ao mesmo tempo. Um evento que gera, concomitantemente, lançamentos contábeis

no sistema orçamentário e financeiro é

- (A) a liquidação da despesa com material de consumo
- (B) o pagamento de restos a pagar
- (C) a inscrição da dívida ativa
- (D) a variação cambial da dívida fundada
- (E) a obtenção de veículos por doação

99. Considere os dados abaixo, extraídos do Balanço Patrimonial de 31.12.X1 da Prefeitura Modelo. (R\$)

Aplicações Financeiras	210.000,00
Ativo Real Líquido	945.000,00
Bancos Conta Movimento	297.000,00
Bens Imóveis	590.000,00
Bens Móveis	365.000,00
Consignações	91.000,00
Depósitos de Diversas Origens – Caução	40.000,00
Dívida Ativa	490.000,00
Operações de Crédito Externa (longo prazo)	645.000,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	30.000,00
Restos a Pagar	201.000,00

O superávit financeiro era, em R\$,

- (A) 945.000,00
- (B) 790.000,00
- (C) 635.000,00
- (D) 175.000,00
- (E) 145.000,00

100. Considere o Balanço Financeiro da Prefeitura ABC referente ao exercício financeiro de X1.

RECEITAS			DESPESAS		
Títulos	R\$	R\$	Títulos	R\$	R\$
Orçamentárias		810.000,00	Orçamentárias		725.000,00
Extra-Orçamentárias			Extra-Orçamentárias		
Restos a Pagar	146.000,00		Entidades Vinculadas	50.000,00	
Serviços da Dívida a Pagar	95.000,00		Restos a Pagar	150.000,00	
Débitos da Tesouraria	30.000,00		Débitos de Tesouraria	30.000,00	
Restituições	59.000,00	330.000,00	Restituições	18.000,00	248.000,00
Saldo do Exercício Anterior		130.000,00	Saldo para o Exercício Seguinte		297.000,00
Caixa/Bancos	130.000,00		Caixa/Bancos	297.000,00	
TOTAL		1.270.000,00	TOTAL		1.270.000,00

É correto afirmar que

- (A) o resultado financeiro foi superavitário em R\$ 297.000,00
- (B) as Despesas Orçamentárias causaram uma redução efetiva no Caixa/Bancos de R\$ 725.000,00
- (C) o saldo final da conta Restituições era de R\$ 18.000,00
- (D) as Receitas Extra-Orçamentárias causaram um aumento efetivo no Caixa/Bancos de R\$ 89.000,00
- (E) o saldo da conta Restos a Pagar teve um aumento de R\$ 4.000,00 durante o exercício

GABARITO (NÃO OFICIAL):

65. D 66. B 67. A 68. E 93. C 94. E 95. D
 96. A 97. B 98. A 99. E 100. D